



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 30ª (TRIGÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA DE
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 19 (dezenove) dias do mês de novembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 30ª (trigésima) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: nº 1/2612/2018, 1/2003/2018, 1/1808/2018, 1/3246/2018 – Cons. Felipe Augusto Araújo Muniz; 1/17/2018 – Cons. Lúcio Flávio Alves. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/5838/2018 – Auto de Infração nº 1/201810495. RECORRENTE: PAQUETÁ CALÇADOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe parcial provimento, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação fiscal, aplicando a penalidade no art. 123, VI, “h” da Lei nº 12.670/96, incluído pela Lei nº 16.258/2017, porém para as Declarações de Importação (DI) registradas antes de 08/06/2017 aplicar 90 UFIRCE's por Termo de Exoneração do ICMS de Importação e, para as DIs registradas após a Lei nº 16.258/2017 aplicar 300 UFIRCE's por Termo de Exoneração do ICMS de Importação. A UFIRCE a ser considerada nos cálculos é a vigente à época do fato gerador, no presente caso o desembaraço aduaneiro. Decisão nos termos do voto do Conselheiro relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso o representante legal da recorrente, Dr. Felipe Bezerra. **Processo de Recurso Nº 1/2688/2018 – Auto de Infração nº 1/201804758. RECORRENTE: EDIÇÕES IPDH GRÁFICA EDITO-**

RA E SERVIÇOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão: Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, conhecer do Recurso Ordinário interposto e decidir nos seguintes termos: **1- Com relação a preliminar de nulidade do auto de infração suscitada pela parte de cerceamento do direito de defesa por vício formal, sob a alegação de que o Ato Designatório não precede de Portaria do Termo de Início e Conclusão de Fiscalização, bem como é omissa quanto aos dispositivos legais conforme dispõe o art. 822, §1º, II do Dec. nº 24.569/97** - Afastada, por unanimidade de votos, considerando que os aspectos alegados pela recorrente não afetam a validade do feito, haja vista que na forma do §1º do art. 3º da Instrução Normativa nº 49/2011, somente será expedido pelo Secretário da Fazenda nas hipóteses previstas nos art. 819 e 873 do Dec. nº 24.569/97 e, que há indicação dos dispositivos infringidos no Auto de Infração, bem como há clareza e precisão no relato do auto de infração e nas Informações Complementares, não ocasionando óbice à defesa; **2- Quanto ao pedido de realização de perícia formulado pela parte** – Afastado por unanimidade de votos, nos termos do art. 97, incisos I e II, da Lei nº 15.614/2014, por entender que há nos autos dados suficientes para análise e julgamento do mérito; **3- Indeferimento dos demais argumentos de defesa de mérito**, por restarem ausentes elementos probatórios aptos a afastar a infração preceituada; **4- No mérito**, 3ª Câmara resolve por maioria de votos, dar parcial provimento ao Recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade do art. 123, III, “g” da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, para a inserir no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112 do CTN. Decisão nos termos do primeiro voto divergente proferido pelo Conselheiro Alexandre Mendes de Sousa, que fica designado para lavrar a resolução, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, se manifestou pela procedência da infração aplicando o art. 126, c/c o art. 123, III, “g”, ambos da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017. Foi voto divergente o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto (relatora), que votou conforme o entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/2689/2018 – Auto de Infração nº 1/201804760. RECORRENTE: EDIÇÕES IPDH GRÁFICA EDITORA E SERVIÇOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, conhecer do Recurso Ordinário interposto e decidir nos seguintes termos: **1- Com relação a preliminar de nulidade do auto de infração suscitada pela parte de cerceamento do direito de defesa por vício formal, sob a alegação de que o Ato Designatório não precede de Portaria do Termo de Início e Conclusão de Fiscalização, bem como é omissa quanto aos dispositivos legais conforme dispõe o art. 822, §1º, II do Dec. nº 24.569/97** - Afastada, por unanimidade de votos, considerando que os aspectos alegados pela recorrente não afetam a validade do feito, haja vista que na forma do §1º do art. 3º da IN 49/2011, somente será expedido pelo Secretário da Fazenda nas hipóteses previstas nos art. 819 e 873 do Dec. nº 24.569/97 e, que há indicação dos dispositivos infringidos no Auto de Infração, bem como há clareza e precisão no relato do auto de infração e nas Informações Complementares, não ocasionando óbice à defesa; **2- Quanto ao pedido de realização de perícia formulado pela parte** – Afastado por unanimidade de votos, nos termos do art. 97, incisos I e II, da Lei nº 15.614/2014, por entender que há nos autos dados suficientes para análise e julgamento do mérito; **3- Indeferimento dos demais argumentos de defesa de mérito**, por restarem ausentes elementos probatórios aptos a afastar a infração preceituada; **4- No mérito**, 3ª Câmara re-

solve por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao Recurso Ordinário, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade para a inserta no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, mas limitado a 1.000 Ufirc’s por período de apuração. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/2690/2018 – Auto de Infração nº 1/201804764. RECORRENTE: EDIÇÕES IPDH GRÁFICA EDITORA E SERVIÇOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAUJO MUNIZ. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, conhecer do Recurso Ordinário interposto e decidir nos seguintes termos: **1- Com relação a preliminar de nulidade do auto de infração suscitada pela parte de cerceamento do direito de defesa por vício formal, sob a alegação de que o Ato Designatório não precede de Portaria do Termo de Início e Conclusão de Fiscalização, bem como é omissa quanto aos dispositivos legais conforme dispõe o art. 822, §1º, II do Dec. nº 24.569/97** - Afastada, por unanimidade de votos, considerando que os aspectos alegados pela recorrente não afetam a validade do feito, haja vista que na forma do §1º do art. 3º da IN 49/2011, somente será expedido pelo Secretário da Fazenda nas hipóteses previstas nos art. 819 e 873 do Dec. nº 24.569/97 e, que há indicação dos dispositivos infringidos no Auto de Infração, bem como há clareza e precisão no relato do auto de infração e nas Informações Complementares, não ocasionando óbice à defesa; **2- Quanto ao pedido de realização de perícia formulado pela parte** – Afastado por unanimidade de votos, nos termos do art. 97, incisos I e II, da Lei nº 15.614/2014, por entender que há nos autos dados suficientes para análise e julgamento do mérito; **3- Indeferimento dos demais argumentos de defesa de mérito**, por restarem ausentes elementos probatórios aptos a afastar a infração preceituada; **4- No mérito**, 3ª Câmara resolve por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao Recurso Ordinário, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade da seguinte forma: para as operações tributadas aplicar o art. 123, III, “m” da Lei nº 12.670/96 (20%) e, para as operações não tributadas (imunidade) o art. 126 da Lei nº 12.670/96 (10%). Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 20 (vinte) de novembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA